



IEEI/ UP-FEP/AIP/UGT/Euronatura
Seminário Temático

**Modelo Social, Competitividade,
Ambiente: Uma Agenda Política**

**Faculdade de Economia, Universidade do
Porto**

Anfiteatro do Edifício de Pós-graduações
13 de Março de 2007

Modelo Social, Competitividade, Ambiente: Uma Agenda Política

José. Manuel Fernandes
FREZITE, S.A.

O Modelo Social, a Competitividade e a sua Sustentabilidade no Quadro da Globalização

A Europa foi sendo construída ao longo do Século XX, mas principalmente durante as últimas cinco décadas, num processo de liberdade, de democracia, e de progresso. Mas esta evolução foi acompanhada, também, pela melhoria gradual da qualidade de vida, pelos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral e mais recentemente pelo respeito do ambiente. No fundo nos países europeus foi estabelecido um conjunto de princípios que são a base do contrato social singular que tem unido os Estados e os seus cidadãos e estes entre si. A este contrato social temos vindo a chamar Modelo Social.

Os valores e as consequências deste Modelo Social – principalmente no que diz respeito à segurança de emprego e à sustentabilidade dos instrumentos de protecção social – tem vindo, claramente, a ser ameaçada pelas consequências do fenómeno da mundialização (ou globalização) e pelas características da evolução demográfica do velho continente a que teremos de juntar, ainda, o desacelerar do crescimento económico verificado nas últimas duas décadas.

No que diz respeito à globalização temos que reconhecer que tudo muda a uma velocidade quase estonteante. Mudam os produtos, mudam as tecnologias, mudam os actores. Aparecem novos concorrentes no mercado mundial que vão desalojando produtores que se julgavam solidamente instalados. A capacidade de responder à volubilidade da procura – que exige a opção por produtos com alto valor acrescentado pela produção de pequenas séries até à unidade e uma maior rapidez na entrega - é hoje a principal preocupação das empresas na Europa.

Muitas vezes os concorrentes recém-chegados ao mercado mundial produzem, recorrendo a pessoas que trabalham em condições sub-humanas que são socialmente intoleráveis para nós. E, em resultado, nós europeus começamos a duvidar, a duvidar se o modelo social tão pacientemente construído tem condições de sobrevivência e se, se quer que a produção europeia seja competitiva.

Por outro lado, o modelo social aparece ameaçado pela quase inevitabilidade de a capacidade dos instrumentos de protecção social para, num médio prazo de horizonte cada vez mais próximo, financeiramente se esgotar. O envelhecimento da população e a dependência do modelo na solidariedade entre gerações garantem essa quase inevitabilidade.

O que cada vez preocupa mais os europeus e nós portugueses é o crescente – ou elevado – desemprego, o progredir das situações de pobreza e de exclusão social, o espectro do desaparecimento ou da limitação penosa dos esquemas de protecção social, na doença e na reforma.

O Modelo Social que nos habituamos a ver como solidamente instalado e eterno está ameaçado, em perigo. Se queremos continuar a ser competitivos e com isso gerar sustentabilidade à economia, simultaneamente, a desfrutar das benesses dos esquemas de protecção social temos de reagir sem



IEEI/ UP-FEP/AIP/UGT/Euronatura
Seminário Temático

**Modelo Social, Competitividade,
Ambiente: Uma Agenda Política**

**Faculdade de Economia, Universidade do
Porto**

Anfiteatro do Edifício de Pós-graduações
13 de Março de 2007

demoras – uma vez que não conseguimos actuar proactivamente. Temos de encontrar soluções para que as empresas e as produções europeias sejam competitivas sem que isso nos retire as condições de assegurar a segurança contra os riscos sociais. E isto significa, por um lado, apoiar o emprego e sua mobilidade, combater o desemprego, e, por outro, não sobrecarregar as empresas e os cidadãos com mais impostos ou mais contribuições sociais, nem sacrificar de forma radical os benefícios sociais a que todos ganhamos direito.

Como muitos outros penso que a respeito das soluções existe muito de acertado no que foi proposto sob o nome de Estratégia de Lisboa e que consiste, nomeadamente, em acelerar a sociedade do conhecimento como forma de retomar e sustentar o desenvolvimento económico e social.

Parece-me que o principal caminho para a sustentabilidade do nosso modelo social está precisamente na sustentação do desenvolvimento e o mesmo significa assegurar às empresas condições para serem competitivas e ao mesmo tempo gerir o modelo social sem incentivos à social dependência e com justiça trabalhista.

Já o disse. A globalização trouxe transformações profundas ao nosso mundo. Intensificaram-se as relações sociais à escala mundial. O fenómeno alterou a divisão internacional do trabalho, a ordem económica mundial, com o próprio sistema Estado-Nação e isso significa uma alteração profunda dos limites ou fronteiras do funcionamento da nossa sociedade em todas as suas dimensões. Dando lugar a uma nova dinâmica mundial, a ter um domínio único que é a “aldeia global”.

O uso intensivo das tecnologias da comunicação, da informação e a expansão mundial do turismo foram e são os veículos principais destas transformações que tornaram os mercados financeiros planetários com a respectiva mobilidade nunca vista dos capitais, que multiplicaram as transacções internacionais de intangíveis – como os serviços e a transferência de tecnologia – e conduziram à reorganização das cadeias de valor a nível mundial com movimentos de deslocalização e o recurso mais intenso à subcontratação no exterior pela mobilidade dos produtos transaccionáveis e serviços.

Neste nosso velho canto do mundo, habituado a dominar os fluxos internacionais e a manter a segurança contra os riscos sociais o choque é enorme.

As condições da concorrência, e isso é bem visível nas produções em que o nosso país se especializou, alteraram-se e com a lentidão e a tendência para o protecçãoismo que nos caracterizam fomos adiando as soluções, talvez pensando que com o tempo os problemas desaparecessem e elas deixassem de ser necessárias. Mas, não nos iludamos, a globalização é irreversível, poderá ser, talvez, regulada, mas – a não ser que queiramos regressar aos tempos da troca directa – nunca a poderemos inverter.

A única solução é responder-lhe usando as suas próprias armas. Ou seja, deixando para trás modelos imobilistas, saudosistas e apostando em soluções inovadoras e, talvez, radicais, por via de roturas se e quando necessárias.

O novo cenário para as empresas joga-se um plano assente em três colunas:

QUALIDADE

PRAZO

CUSTO MAIS BAIXO NA CADEIA DE VALOR DO CLIENTE



IEEI/ UP-FEP/AIP/UGT/Euronatura
Seminário Temático

**Modelo Social, Competitividade,
Ambiente: Uma Agenda Política**

**Faculdade de Economia, Universidade do
Porto**

Anfiteatro do Edifício de Pós-graduações
13 de Março de 2007

Bom, e aqui aparece o nosso primeiro problema. Para as empresas poderem responder desta forma o factor trabalho, o mais importante dos factores, deve ter um mínimo de regulamentação estandardizada, nos países E.U, ao modelo que queremos na Europa.

Quando se começou a falar em “flexisegurança”, tendo como exemplos a Dinamarca e a Holanda, já a maioria dos países tinham adoptado ajustamentos nesse sentido. Uns mais do que outros.

Em Portugal os sindicatos interpretaram isso como uma arma de arremço em que “flexisegurança” é sinónimo de liberdade para despedir. Isto não é verdade e seus dirigentes sabem-no muito bem.

Como empresário posso assegurar que não é isto que queremos.

Os empresários de hoje já sabem que as pessoas, sua educação, formação e qualificação são os maiores e melhores bens das empresas.

Sabem também que uma empresa é um património social.

Sabem também que sem pessoas a gostarem do posto de trabalho e do que fazem, não tem empresas na sua força mais competitiva.

Sabem também que empresas com futuro são uma sociedade aprendendo permanentemente, a começar pelo próprio empresário.

Sabem também que uma empresa, como um bem social, tem de ter compromissos com a sustentabilidade do ambiente e suas ligações à região onde está implantada.

O empresário que não pensa assim, tem a sua empresa com os dias contados pelo funcionamento do mercado, pela concorrência que irá ser implacável.

Se por um lado defendermos os princípios da “flexisegurança” integrada no modelo europeu, como confronto desse modelo, não queremos, obviamente, pagar essa flexibilidade com custos do trabalho acrescidos em nome da segurança do posto de trabalho.

Hoje em dia nenhuma empresa está em condições de garantir essa segurança. Está, sim, e se se verificarem as necessárias circunstâncias, disponível para assegurar a estabilidade do trabalho na óptica do negócio, mesma essa, em certos sectores só com forte inovação e capital intensivo.

E as circunstâncias necessárias são muito simples: além do estabelecimento do quadro legal indispensável, o que garante a estabilidade de emprego é capacidade do trabalho para ser móvel, para ser adaptável, para ser produtivo. Estas não são nem mais nem menos do que as condições necessárias para que exista aquilo que agora é chamado de “empregabilidade”, entendida como o conjunto de capacidades e competências necessárias a alguém para obter o primeiro emprego ou para mudar de emprego num prazo de tempo muito curto.

As bases desta empregabilidade estão na educação e na formação profissional contínua. É aí que temos que apostar se queremos ser competitivos e assim assegurar a sustentabilidade do modelo social. A escola – em sentido lato – tem de conferir aos diplomados – sejam do secundário, sejam do superior sejam do tão desejado nível intermédio ou profissional – as bases essenciais para o saber-fazer, saber essencial à produtividade e à competitividade. À empresa e ao próprio trabalhador têm de ser dadas condições para poder manter e aprofundar o saber-fazer de forma a fazer face às exigências do mundo em mutação.



IEEI/ UP-FEP/AIP/UGT/Euronatura
Seminário Temático

**Modelo Social, Competitividade,
Ambiente: Uma Agenda Política**

**Faculdade de Economia, Universidade do
Porto**

Anfiteatro do Edifício de Pós-graduações
13 de Março de 2007

Se reflectirmos bem a segurança perante os riscos sociais é afinal a que decorre da empregabilidade: é a educação, a aprendizagem ao longo da vida e a formação profissional na própria empresa, que garantem a segurança contra riscos sociais.

Mas, se este problema pode ser resolvido, na minha opinião desta forma – um pouco próxima do palavão “flexisegurança” – ainda ficamos com a questão da sustentabilidade da segurança social, e portanto do modelo social, no que diz respeito à saúde, apoio social, às pensões e reformas.

É verdade que se conseguirmos ser competitivos, o crescimento vai acelerar, os rendimentos também e as receitas da segurança social irão subir, mas isso não resolve o problema demográfico e o decorrente da solidariedade entre gerações como base do sistema. Para isso, não tenho uma visão precisa das soluções, mas creio firmemente que a introdução de sistemas de capitalização paralelos, o aumento dos incentivos à poupança ou à adesão a sistemas de segurança social alternativos, rigor na gestão dos recursos, poderá vir a tornar o sistema sustentável. Como o poderá fazer, também, o incentivo ao regresso ao trabalho de

trabalhadores mais velhos detentores de competências e capacidades raras com a manutenção na vida activa dos mesmos, desde que tenham condições físicas e psicológicas e se sintam bem e realizados socialmente num regime de livre escolha, num apoio ao tecido económico mais frágil.

As instituições que fazem a gestão destas áreas concerteza que terão em curso modelos e submodelos em simulação e o governo deve conhecer os resultados dessas simulações.

O que não poderemos fazer, em toda esta questão, é ficar inactivos. Considero que terá que haver uma vontade firme do Governo, das empresas e dos sindicatos, ou seja dos parceiros sociais, em reformar o que tem de ser reformado e em deixar de defender posições que ou são irrealistas ou que acabarão por adiar soluções e comprometer, talvez irremediavelmente, o modelo social que gostaríamos de ajustar, valorizar num equilíbrio sustentado entre competitividade, criação de valor e protecção social.